

Produção rural familiar em Francisco Sá (Minas Gerais/Brasil): a comunidade rural de Várzea Dourada

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha

Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
vanessatamiris@gmail.com

Maria Ines Fernandes dos Santos

Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
mariaines.mi60@gmail.com

Rahyan de Carvalho Alves

Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
rahyan.alves@unimontes.br

Carlos Alenxandre de Bortolo

Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
carlos.bortolo@unimontes.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender a produção rural familiar na Comunidade de Várzea Dourada, município de Francisco Sá, com destaque para o associativismo. O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos, ou seja, consiste em um grupo social organizado com objetivos comuns. Para tanto, utilizou-se como metodologia: revisão bibliográfica, análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de outubro de 2023, com a aplicação de questionários aos afiliados da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho/Várzea Dourada e uso de registros fotográficos para tornar mais verossímil as análises. Considera-se que, a agricultura familiar é fundamental para a manutenção das famílias no campo, sendo a pecuária leiteira a atividade econômica preponderante entre os agricultores familiares desta comunidade. Estes ainda produzem milho, cana-de-açúcar, mandioca, banana, coco, feijão, verduras e legumes, além de investirem na avicultura e na criação de porcos. Podemos descrever a maioria dos agricultores familiares de Várzea Dourada como pessoas que resistem ao êxodo rural, por gostarem da vida no espaço rural herdado, que não se refere apenas a propriedade, mas também aos traços culturais da terra e aos laços afetivos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Associativismo; Francisco Sá; Comunidade rural; Várzea Dourada.

Introdução

A respeito da agricultura existem dois importantes segmentos produtivos que influenciam no Produto Interno Bruto (PIB): a agricultura não familiar e a agricultura familiar. A agricultura familiar foi definida de diversas formas, sendo muitas vezes, caracterizada como agricultura de subsistência, de modesta produção e pobreza. Entretanto, a partir dos trabalhos/pesquisas de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, foi perceptível o quão importante este segmento é para o desenvolvimento do país (Guanziroli *et al.*, 2011).

A partir dos anos de 1990, a agricultura familiar foi reconhecida por seu potencial social e produtivo, o que levou a criação e implantação de políticas públicas a seu favor. Convém destacar que, antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (Esquerdo-Souza; Bergamasco, 2015).

De acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (Brasil, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares, a saber: *i*) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; *ii*) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e *iii*) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Isto posto, a agricultura familiar pode ser “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Tedesco, 1999, p. 23). Estes produtores englobam um sistema integrado - o associativismo rural – que corresponde a uma estratégia voltada à permanência dos agricultores familiares nas áreas rurais. Esta estratégia materializa-se pela necessidade de defender os interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade do agricultor rural. Segundo Fagotti (2017, p. 34) “as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais”.

Segundo os dados do censo Agropecuário de 2017, foram identificados 3.900.000 estabelecimentos de agricultores familiares, 77% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares, ou seja, correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros. O valor da produção é de 107 bilhões de reais, equivalente a 23% de toda a produção agropecuária do país. E,

de todo o pessoal ocupado em agropecuária no Brasil, cerca de 10,1 milhões de pessoas (67%) integram este segmento.

Com isto, surge a indagação, a agricultura familiar do município de Francisco Sá é importante para a manutenção das famílias no campo? Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender a produção rural familiar na Comunidade Rural de Várzea Dourada, município de Francisco Sá, com destaque para o associativismo. Para tanto, utilizou-se como metodologia revisão bibliográfica, pautada em autores, como: Burbach e Flynn (1980); Lamarche (1997); Abramovay (1998); Tedesco (1999); Wanderley (2000); Alencar (2001); Manzanal e Schneider (2011); Bueno e Silva (2014); Esquerdo-Souza e Bergamasco (2015), dentre outros, através da leitura de livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais; a partir dos descritores: geografia agrária, agricultura familiar, comunidade rural, associativismo, *etc.*, análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de outubro de 2023, com a aplicação de questionários com as famílias associadas à Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho, da região de Várzea Dourada e uso de registros fotográficos para tornar mais verossímil as análises.

O trabalho foi desenvolvido em cinco etapas: a primeira concentrou-se numa revisão bibliográfica sobre agricultura familiar (conceitos e definições). A segunda etapa consistiu na apresentação dos aspectos socioeconômicos do município de Francisco Sá e da Comunidade Rural de Várzea Dourada. A terceira etapa discute o termo associativismo e, aponta a existência da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho. A quarta etapa visa apresentar os dados obtidos em campo. E, por fim, naturalmente, temos as considerações finais. Dessa forma, apresentamos a seguir, a discussão da pesquisa.

Agricultura familiar: conceitos e definições

A agricultura representa a atividade econômica responsável pela produção de alimentos. No decorrer da história da humanidade a mesma ocupou as terras férteis de vales de rios; desenvolveu técnicas que tornaram os solos mais produtivos e passou por um processo de modernização, visando sempre o aumento da produtividade.

Burbach e Flynn (1980) distinguem o sistema de agricultura familiar do sistema de agricultura industrializada empresarial, mediante as condições de uso da força de trabalho: familiar para o primeiro e assalariada para o segundo. A discussão sobre a

importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando maior notoriedade ao longo dos anos, impulsionada, principalmente, pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e progresso local (FAO/INCRA, 2000).

Há três principais acontecimentos que legitimaram a agricultura familiar no Brasil: *i*) a recuperação da força política do movimento sindical e dos agricultores familiares, durante a década de 1990; *ii*) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 2006 e *iii*) a Lei da Agricultura Familiar (Manzanal; Schneider, 2011).

Segundo Sangalli *et al.* (2015), a agricultura familiar articula-se sob diferentes formas e intensidades entre os elementos: família, terra e trabalho, que permite adaptar-se a diferentes contextos socioeconômicos e políticos. Esta abrange relações de parentesco e de vizinhança, que são a base da vida social local. Corroborando com este pensamento, Abramovay (1998, p. 166) denota que o estabelecimento familiar “[...] caracteriza-se por três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família”.

Em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção é indispensável a presença, de ao menos um membro da família, que combine as atividades de administrador da produção com a de agricultor familiar. Para Wanderley (2000, p. 30):

O espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto no nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o “lugar” da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes.

Embora haja diversas concepções acerca do conceito de agricultura familiar, as mais conhecidas estão relacionadas a visão de que a propriedade das terras e o trabalho realizado está diretamente interligado, almejando o sustento da família. Quanto a importância da agricultura familiar é notória a sua capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais (Lamarche, 1997).

A produção de alimentos saudáveis a partir de práticas que não agridem o meio ambiente, a biodiversidade e a saúde, caracteriza-se como aspecto fundamental da agricultura familiar, intrinsicamente relacionada à sustentabilidade ambiental. Mas, vale destacar que, isto não assegura a ausência de tais práticas entre os agricultores familiares, por exemplo, o uso de agrotóxicos. A palavra sustentabilidade, deriva do verbo sustentar que vem do latim, *sustentare*, que significa conservar, amparar, defender, manter (Bevilaqua, 2016).

Ao fortalecer a agricultura familiar, estar-se-á fortalecendo, conseqüentemente, a sustentabilidade ambiental, os agricultores e a sociedade em geral (Ribeiro, 2017). Logo, as ações voltadas aos agricultores familiares tendem a diminuir o abandono do campo. Pois, verifica-se que a falta de estímulo à continuidade familiar/sucessão pode ocasionar esvaziamento do campo, devido aos jovens, filhos de agricultores, almejam novas perspectivas nos grandes centros urbanos (Potrich; Grzybovski; Toebe, 2016).

No Brasil, os agricultores familiares, muitas vezes, ainda carecem de informações e de assistência técnica para terem acesso a alguns programas de políticas públicas (que objetivam promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades desenvolvidas por eles), que são fundamentais para melhorar, aumentar e qualificar ainda mais a sua produção (Bueno; Silva, 2014). Dentre as principais políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar, destacam-se o PRONAF, o benefício Garantia-Safra, o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e os serviços de assistência técnica e extensão rural.

Outros obstáculos frequentemente vivenciados pelos agricultores familiares são: pouca área de terra, baixa disponibilidade de recursos financeiros, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) insuficiente, falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, dificuldades de acesso ao mercado, acesso à água, dentre outros (De Paula *et al.*, 2014). É nítido que os agricultores familiares enfrentam diversas dificuldades para produzir e escoar sua produção e, para ter condições dignas para se viver no meio rural. Isto na maioria das vezes leva a migração destes para a cidade, em busca de melhorias na qualidade de vida.

O mapa mental apresentado a seguir visa direcionar o leitor a registrar e organizar as informações processando os pensamentos, ideias ou fatos acerca da temática abordada anteriormente, a Agricultura Familiar (Figura 1).

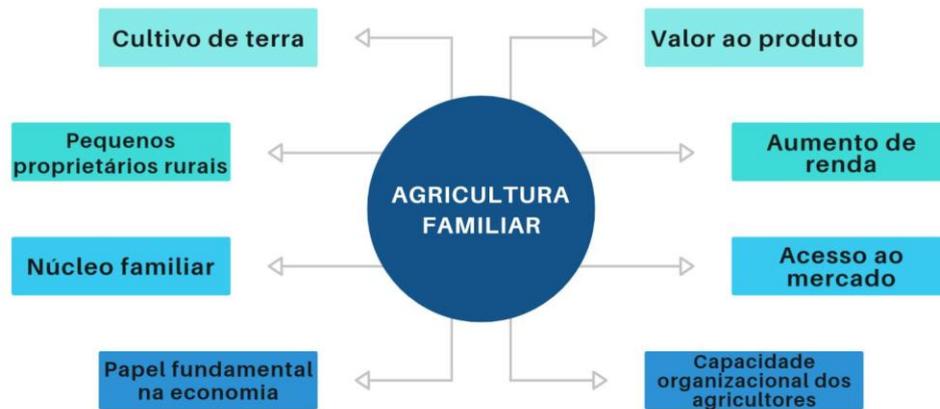


Figura 1 – Mapa mental com a temática Agricultura familiar.

Fonte: Autores, 2024.

Nesse sentido, a seguir apresentaremos o município de Francisco Sá e a Comunidade Rural de Várzea Dourada – área de estudo da pesquisa.

Caracterização da área de estudo

Na caracterização do município de Francisco Sá, o seu processo de surgimento ocorreu por meio da instalação de fazendas de criação de bovinos na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande pelo Capitão Antônio Gonçalves Figueiras, em 1704. A partir desta data, iniciou e expandiu o processo de ocupação territorial. Em 1867, foi criado o distrito de São Gonçalo do Brejo das Almas, vinculado ao município de Montes Claros.

No processo de emancipação político-administrativa, em 1923, foi criado o município de Brejo das Almas, pela Lei Estadual nº 843/1923, com a sua base territorial formada do desmembramento de Montes Claros e Grão Mogol. Em 1938, o Decreto-Lei Estadual nº 148 regulamentou a mudança de nome do município de Brejo das Almas para Francisco Sá, em homenagem ao ex-Ministro de Estado, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1948 e 1962, dois distritos de Francisco Sá foram emancipados, resultando na criação dos municípios de Janaúba e Capitão Enéas, respectivamente (IBGE, 2020).

Francisco Sá localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, ocupa uma área territorial de 2.747,295 km², com uma população de 23.476 habitantes. Destes habitantes, 60% residem em área urbana e 40% residem em área rural, cuja densidade demográfica é de 8,55 hab/km² (IBGE, 2022).

O PIB do município é de R\$ 276.204,32 x 1.000 a preços correntes, sendo representado na proporção de 87% serviços, 8% agropecuária e 5% indústria (IBGE, 2020). Ademais, a cidade de Francisco Sá localiza-se a 453,168 km da capital estadual, Belo Horizonte e, 48,912 km do centro regional, Montes Claros. Francisco Sá possui como municípios limítrofes: Grão Mogol, Riacho dos Machados, Juramento, Montes Claros, Capitão Enéas e Janaúba.

Relacionado aos aspectos físicos, este é formado pelas seguintes unidades de relevo, depressão do Alto-Médio São Francisco e Serras do Espinhaço Meridional. Possui clima Tropical Brasil Central semi-úmido, com quatro a cinco meses secos subsequente, tendo por média 15°C e 18°C em ao menos um mês. E, relacionado ao aspecto ambiental, abarca os biomas Cerrado e Caatinga (IBGE, 2020). Ressaltando ainda que, faz parte da região hidrográfica do São Francisco (Agência Nacional De Águas – ANA, 2015).

Para Wolf (1976), as comunidades rurais são o resultado do aparecimento da civilização no lugar das sociedades primitivas. A civilização é marcada pelo aparecimento e desenvolvimento de uma ordem social complexa, que se baseia na divisão político-social entre aqueles que governam e os que cultivam. Posto isto, a comunidade rural pode ser tida como um núcleo organizador da sociabilidade camponesa. Os camponeses são “cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante” (Wolf, 1976, p. 16). Ademais, para definir uma comunidade rural, Wolf (1976) utilizou critérios econômicos, a saber, produção agrícola, controle sobre a terra e produção para subsistência.

Segundo Alentejano e Pereira (2014), as propriedades rurais podem ser classificadas como pequenas propriedades - áreas menores que um módulo rural; grandes propriedades por exploração – áreas entre um e 600 módulos, com taxa de exploração econômica abaixo da média regional; latifúndios por extensão – áreas entre um e 600 módulos, independente de atividade econômica e, empresas rurais – áreas entre um e 600 módulos, caracterizadas por um nível adequado de utilização do solo, exploração racional, cumprimento das leis trabalhistas e práticas sustentáveis.

Este mesmo autor ressalta a relevância de uma melhor distribuição de terras, visando os princípios de justiça social e aumento de produtividade. Para tanto, faz-se necessário a extinção gradual das pequenas propriedades e dos grandes latifúndios (muitas vezes improdutivos, utilizados como reserva patrimonial e de valor). Ambos são

considerados sistemas injustos de propriedade e uso da terra e fontes de tensões sociais (Alentejano e Pereira, 2014).

A Comunidade Rural de Várzea Dourada ou Baixa do Charquinho – como é conhecida popularmente, é formada por pequenos, médios e grandes produtores rurais, classificados de acordo com o faturamento anual. Está localizada, aproximadamente, a 28 km da cidade de Francisco Sá. As propriedades dos pequenos produtores variam de 0,5 a 2 módulos fiscais, sendo que a aquisição destas terras, na maioria das vezes, ocorreu por meio de heranças oriundas de gerações passadas. A Figura 2, a seguir, representa o espaço onde iniciou o processo de formação da comunidade – que expandiu-se para localidades próximas.

Figura 2 – Localização da Comunidade Rural de Várzea Dourada/Baixa do Charquinho.

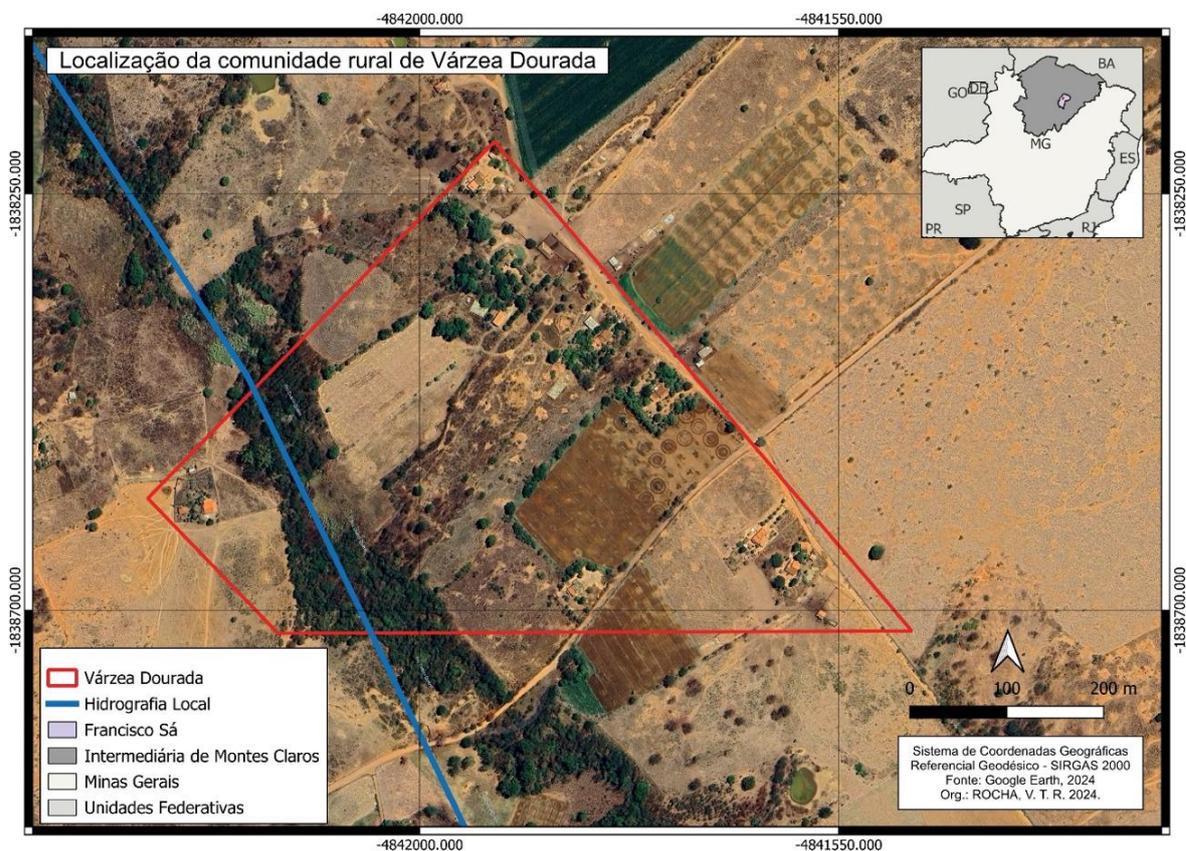


Figura 2 – Localização da Comunidade Rural de Várzea Dourada/Baixa do Charquinho.

Fonte: Google Earth, 2024.

Org.: Autores, 2024.

De forma geral, as famílias desta comunidade são descendentes de quilombolas. Para um memorialista local, Francisco Sá foi conhecido anteriormente como Brejo das Almas “porque havia uma grande lagoa onde os salteadores jogavam os corpos dos garimpeiros” (Tito da Silveira, 1971, p. 53). E, na beira dessa lagoa havia um bom

número de negros refugiados formando um quilombo. Dessa forma, pode-se afirmar que a cidade de Francisco Sá nasce de uma povoação negra. Ademais, vários memorialistas em suas narrativas sobre a história local trazem informações esparsas que permitem considerar a existência de algumas comunidades rurais negras ou descendentes no município.

Na comunidade de Várzea Dourada, os moradores além de serem descendentes de quilombolas, também podem ser definidos como agricultores familiares, pois atuam na produção agrícola e pecuária e, a gestão da propriedade é realizada por membros da própria família.

A maior parte dos moradores de Várzea Dourada trabalha com a produção de leite e dispõe de dois postos de resfriamento em locais estratégicos da comunidade. A mesma é antiga no município (aproximadamente 250 anos de existência), e suas festas religiosas são importantes para a região. Possui uma escola de Ensino Fundamental I (onde concentra-se as reuniões da associação), botecos e campos de futebol. Alguns produtos, como ovos, frangos, frutas, queijos, biscoitos, bolos, doces, legumes e verduras são comercializados de forma direta para parentes e “conhecidos” da própria comunidade e/ou na feira livre realizada na cidade de Francisco Sá.

A seguir, discutiremos o termo associativismo e, apontaremos a existência da Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho.

Associativismo: A Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho

A organização dos produtores objetiva melhorar a vida do ser humano no campo, visando sua permanência no espaço rural. Seja pela busca de auxílio em órgãos competentes ou pela busca de cursos de capacitação e aperfeiçoamento. A saber, Alencar (2001) define o associativismo como um grupo social organizado com objetivos comuns. Ademais, os sindicatos, cooperativas e as associações são exemplos de associativismo.

As associações, cooperativas¹ ou sindicatos não possuem dono ou grupo de pessoas como proprietárias. Estas organizações são administradas por indivíduos que

¹ As associações são organizações que buscam a promoção de assistência social, cultural, educacional, política e defende os interesses de uma classe. Já, as cooperativas apresentam apenas interesses econômicos, com o objetivo principal de viabilizar o negócio produtivo de seus associados no mercado, ou seja, é adequada para desenvolver uma atividade comercial, seja em média ou grande escala, de maneira coletiva.

pensam, formulam e contribuem com a tomada de decisões, e que são escolhidos em assembleias, através dos votos da maioria das pessoas ali presente.

As associações apresentam-se como uma alternativa facilitada de cooperar, independentemente do volume de membros, necessitando apenas atentar ao Código Civil, o qual embora não exija um número mínimo de pessoas para sua constituição legal, denota que as mesmas devem funcionar com uma diretoria formada por quatro ou mais associados, de acordo com o estatuto de cada associação (Lei nº 10.406/2002).

Segundo Alencar (2001), o associativismo rural consiste-se em uma forma de manifestar as lutas dos agricultores familiares, favorecendo a permanência na terra, garantindo-lhes uma renda. Uma associação pode ter complexas formas de organização, uma vez que os estatutos são múltiplos e adequam-se às necessidades dos associados. A ideia de organizar um grupo social que vá resultar numa associação pode partir de um pequeno produtor rural, que reunirá os futuros afiliados e organizará o estatuto que será seguido.

Para aqueles que desejam criar uma associação, há alguns passos que devem ser seguidos (Amaral, 2014), conforme exposto a seguir:

1. Identificar o interesse organizacional do local ou da empresa;
2. Comunicar a todos os residentes a intenção de formar uma associação;
3. Na primeira reunião predefinir a hierarquia existente na associação, seus objetivos, problemas, soluções, um projeto de estatuto da associação e o apontamento de pessoas que irão preparar a eleição do conselho de administração e do conselho fiscal;
4. Ao final da reunião, é lavrada ata em caderno específico, em que relatam os acontecimentos e, ao final, é assinada por todos os presentes;
5. Uma vez formada a associação, deve-se registrá-la no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

A associação é composta pela Diretoria Executiva: Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro. E pelo Conselho Fiscal, que é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplentes, conforme descrito na Figura 3.

Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Presidente	O conselho fiscal é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplentes.
Vice-Presidente	
Primeiro Secretário	
Segundo Secretário	
Primeiro Tesoureiro	
Segundo Tesoureiro	

Figura 3 – Estrutura da associação.

Fonte: Amaral, 2014.

Org.: Autores, 2023.

A partir da década de 1980, as associações rurais começaram a emergir como um fenômeno generalizado no campo. Isto posto, para Pinheiro (1999, p. 328):

o associativismo é um movimento que, desde a década de 1980, vem alcançando amplitude nacional, merecendo, por isso mesmo, atenção nesse momento em que se discutem políticas de apoio à agricultura familiar.

Convém destacar que, em uma associação os princípios básicos da confiança e da participação são essenciais para seu pleno funcionamento. Pois criam e reforçam laços de amizade e companheirismo entre os associados, o que favorece o bom desempenho do grupo perante os desafios encontrados ao longo da trajetória.

A Comunidade Rural de Várzea Dourada tem uma associação de pequenos produtores rurais com objetivos comuns pré-estabelecidos em reuniões. A mesma possui aproximadamente 37 anos de existência e, não possui um local próprio para seu funcionamento, realiza suas atividades na Escola Marcolina Ferreira dos Reis II. Esta escola também sedia a celebração de missas; eleições; comemorações de datas festivas, como o dia das mães, dia dos pais e dia das crianças; amigo oculto e festas religiosas.

As reuniões são realizadas mensalmente, no último domingo do mês - onde é cobrada uma mensalidade simbólica de dois reais e cinquenta centavos a cada associado. O valor agregado é utilizado para a realização de atividades que visam a socialização dos agricultores. A associação consiste-se em um meio de aproximar o agricultor familiar dos programas e benefícios que possibilitam aumento da sua produtividade e escoamento. Podemos citar, por exemplo, a entrega de canos de irrigação aos associados;

entrega de cestas básicas e a disposição de um trator, sob direção da associação, advindo da Prefeitura Municipal de Francisco Sá.

Diante do exposto, a seguir, iremos apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada.

Resultados e Discussões

Em outubro de 2023 fomos a campo para compreender a produção rural familiar na Comunidade de Várzea Dourada, município de Francisco Sá, com destaque para o associativismo como instrumento de potencialização da produção rural familiar. Para tanto, nos valem da aplicação de um questionário, aplicado de forma presencial, para quarenta associados. Convém destacar que a Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Baixa do Charquinho possui, atualmente, sessenta associados, mas nem todos vão às reuniões frequentemente.

Neste indagamos sobre o trabalho dos filhos e o desejo destes em continuar trabalhando na área rural; se a mulher realiza atividades rurais; qual a qualidade de vida nesta propriedade; se na propriedade há alguma atividade de lazer para a família; o tempo de residência na comunidade; se a propriedade dispõe do auxílio do PRONAF; se o entrevistado tem ou não vontade de mudar de emprego e sobre o desejo de migrar para a cidade, dentre outras.

Vale frisar que o questionário se consiste em um instrumento fundamental para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados visa obter informações diretamente do indivíduo a ser entrevistado. Segundo Silva *et al.* (2013), o uso de questionários nas pesquisas acadêmicas torna-se viável em razão da praticidade, pois, permite coletar informações em um período curto de tempo e obter resultados representativos da população-alvo. Assim, possui grande relevância para as investigações geográficas.

Com base nos dados obtidos com a aplicação do questionário aos quarenta associados traçamos o perfil destes baseando-se no gênero e na idade. Dentre os entrevistados, os indivíduos do gênero feminino totalizaram 22, equivalente a 55% e, os do gênero masculino somam 18, que corresponde a 45%. Todos os entrevistados são casados e possuem filhos. O número de filhos varia entre 1 e 6 filhos por família. A idade média dos responsáveis pelas famílias é de 50 anos, sendo que o mais jovem tem 31 anos e o mais velho 70 anos.

Quanto a escolaridade, 25 associados (62,5%) possuem Ensino Fundamental incompleto; 10 (25%) possuem Ensino Médio incompleto e, 5 (12,5%) possuem Curso Superior completo. Quanto ao trabalho dos filhos dos entrevistados, percebemos que 15 (37,5%) não utilizam mão-de-obra dos filhos e, 25 (62,5%) utilizam-na. Quando questionados sobre o desejo destes em continuar trabalhando na área rural, 15 pesquisados (37,5%) responderam que seus filhos pretendem continuar desenvolvendo atividades no campo; 23 (57,5%) responderam que os mesmos pretendem adquirir uma formação superior em alguma cidade, de preferência em Montes Claros (Minas Gerais/Brasil) devido ser a cidade mais próxima à comunidade – que oferta cursos superiores presenciais; para trabalhar no meio urbano e, nos finais de semana retornar para a comunidade, visando o descanso; e 2 (5%) responderam que estes ainda não sabem sobre seus respectivos futuros. Conforme demonstrado na Figura 4.

Filhos que trabalham na propriedade rural				Interesse dos filhos em continuar residindo na comunidade de Várzea Dourada					
Sim		Não		Sim		Não		Ainda não sabem sobre o futuro	
Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%
25	62,5	15	37,5	15	37,5	23	57,5	2	5%

Figura 4 – Distribuição dos entrevistados sobre a participação dos filhos nas atividades agrícolas e o interesse em continuar residindo na comunidade.

Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Quando questionados se a mulher realiza atividades rurais, todos afirmaram que a mulher desenvolve as atividades domésticas e ainda executa outras atividades rurais, tais como: plantio e colheita, criação de porcos e frangos *etc.* Ademais, colaboram ainda com o controle da administração da propriedade e, nos tempos vagos dedicam-se às atividades artesanais, a saber, bordado e crochê – que muitas vezes são vendidos, tanto na própria comunidade, quanto na feira livre de Francisco Sá, realizada às sextas-feiras, na Praça José de Deus Prado, antiga Duque de Caxias, na parte central da cidade.

A Figura 5 apresenta as respostas quanto ao questionamento para a definição da qualidade de vida na propriedade rural.

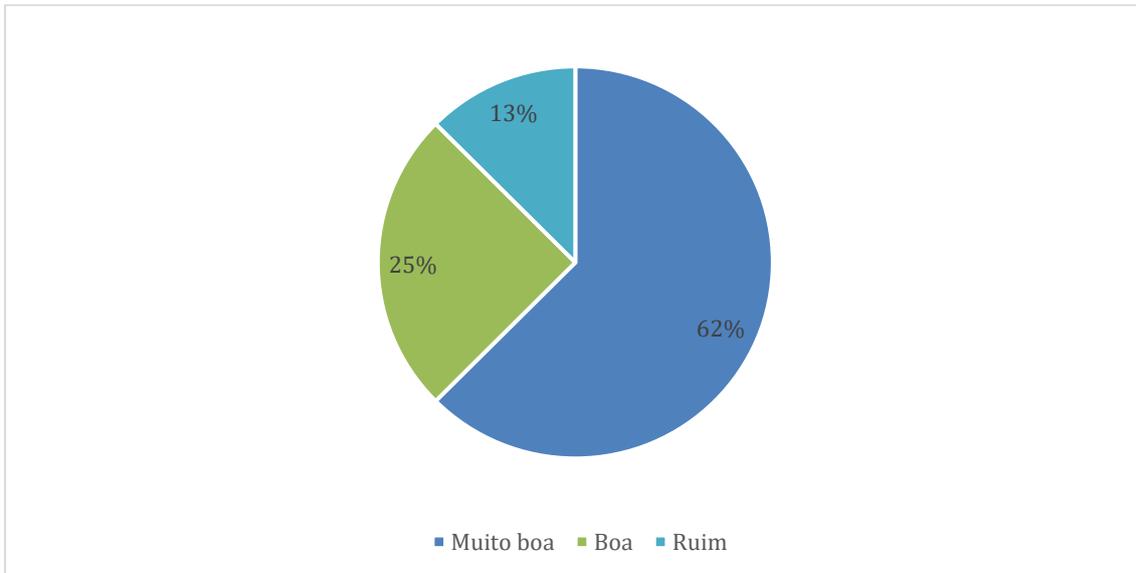


Figura 5 – Distribuição dos entrevistados por qualidade de vida na propriedade rural.
Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Na comunidade há a ausência de atividades de lazer para a família, principalmente para os jovens, no entanto, os entrevistados demonstraram que a própria vinda da família para a propriedade rural representa uma forma de lazer. A maioria dos associados não demonstraram descontentamento em relação à vida no espaço rural e, aqueles que afirmaram que a qualidade de vida é ruim, equivalente a 5 entrevistados, foram devido às dificuldades vivenciadas em suas próprias propriedades, como a ausência de acesso à água, tendo em vista que, grande parte dos associados possuem poço artesiano em sua propriedade – o que facilita a produção, já estes 5 indivíduos, não dispõem deste recurso.

No município de Francisco Sá, o número de estabelecimentos rurais chega a 2.402, numa área de 284.457,3821 hectares, conforme o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (2018). Quanto ao agricultor familiar - aquele que desenvolve atividades rurais em área de até quatro módulos fiscais, em Francisco Sá, há 1.980 imóveis, alcançando uma área de 100.179,8204 hectares (Figura 6).

Módulos Fiscais	Imóveis	Área (há)
Mais de 0 a 0,5	844	9.886,7677
Mais de 0,5 a menos de 1	406	17.205,0190
Mais de 1 a 2	421	31.197,1414
Mais de 2 a 3	191	23.533,2757
Mais de 3 a 4	118	20.357,6166
Total	1980	100.179,820

Figura 6 – Estrutura fundiária de Francisco Sá em até quatro módulos fiscais.

Fonte: SNCR, 2018.

Dentre os entrevistados, 17 (42,5%) concentram-se no grupo que possui mais de 0 a 0,5 módulos fiscais; 19 (47,5%) integram o grupo de mais de 0,5 a 1 módulo fiscal e 4 (10%) abrangem mais de 1 a 2 módulos fiscais, conforme disposto na Figura 7.

Área em módulos fiscais ²	Quantidade de propriedades	Porcentagem
Mais de 0 a 0,5	17	42,5
Mais de 0,5 a 1	19	47,5
Mais de 1 a 2	4	10
Total	40	100

Figura 7 – Distribuição das propriedades dos entrevistados em módulos fiscais.

Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Os entrevistados encontram-se na condição de proprietários. E o tempo de residência nesta comunidade varia de 15 a 67 anos. Ademais, conforme colocado por 33 (82,5%) associados, suas propriedades dividem-se em residência para a família, local da ordenha (curral), lavoura e pastagem.

Todas as propriedades dispõem de energia elétrica, televisão, antena parabólica, geladeira, telefone; e algumas ainda possuem acesso a rede *Wi-Fi*. Dos entrevistados, apenas 2 (5%) não possuem motocicleta ou automóvel em casa. E, apenas 5 (12,5%)

² Em Francisco Sá (MG) cada módulo fiscal equivale a 50 hectares (INCRA, 2012).

possuem tratores para realização das atividades agrícolas. Estes fazem serviços de gradagem para outras comunidades, cobrado por hora de serviço.

A pecuária leiteira é a atividade econômica preponderante entre esses agricultores familiares, exercida pela maioria 33 (82,5%) dos entrevistados, com mão de obra centrada no trabalho familiar (Figura 8).



Figura 8 - Ordenha manual realizada na comunidade de Várzea Dourada.

Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Pode-se observar, na Figura 9, que em relação a produção diária de leite, dos entrevistados, 22 (55%) produzem uma média diária de 20 a 50 litros de leite; 15 (37,5%) produzem uma média de 50 a 100 litros de leite e, 3 (7,5%) produzem mais de 100 litros de leite por dia.

Quantidade/litros	Associados
20 - 50	22
50 - 100	15
Mais de 100	3

Figura 9 – Produção diária de leite na comunidade de Várzea Dourada.

Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Os afiliados da associação levam a produção para os dois resfriadores de leite, onde é pesado e realizado o teste de acidez. Estes conservam-no por dois dias, até que seja coletado pelo caminhão-tanque. Seu destino é a Cooperativa dos Produtores Rurais de Francisco Sá, fundada em 1971. Nesta são produzidos a manteiga e o leite Beija-flor. E o pagamento é realizado mensalmente, de forma presencial, quando os associados dirigem-se a Cooperativa.

Além da pecuária leiteira, essas famílias produzem milho, cana-de-açúcar, mandioca, banana, coco, feijão, verduras e legumes (Figura 10) – os quais possuem, na maioria das vezes, volumes determinados pela sazonalidade (Rocha; Costa e Castoldi, 2012). E, investem também na avicultura e na criação de porcos. A contratação de empregados para atividades relacionadas à agricultura e pecuária na Comunidade de Várzea Dourada é limitada, os próprios membros (pai, mãe e filhos) desempenham-nas.

Para Schneider e Cassol (2014), o regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada não apenas para o autoabastecimento (autoconsumo), mas também para a comercialização. Os agricultores familiares, geralmente, dispõem de conhecimentos técnicos aprendidos com o conhecimento da terra (herdado das gerações anteriores) e da atividade agrícola - assimilados pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho (Wanderley, 2003)

Recentemente, outras formas de complementação da renda familiar vêm sendo desenvolvidas na comunidade, a saber, à venda de sanduíche, cachorro-quente e açaí. Algo que tem proporcionado um bom retorno financeiro aos envolvidos, pois trata-se de algo inovador para a comunidade. Das rendas obtidas de fora da propriedade, os recursos da previdência social destacam-se entre os agricultores, com 35%, representando os rendimentos de aposentadoria. Isto evidencia que o meio rural possui uma parcela de população com idade mais avançada.



Figura 10 – Plantação de verduras e legumes na comunidade de Várzea Dourada.
Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Ao serem questionados se a propriedade dispõe do auxílio do PRONAF, todos responderam que “sim”. A associação da comunidade realiza reuniões e cadastros para mediar o alcance do mesmo. Participam, por exemplo, do Garantia-Safra – ação do PRONAF cujo objetivo é garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico; como é o caso de Francisco Sá.

Quando questionados sobre ter ou não vontade de mudar de emprego, 31 pessoas (77,5%) responderam que “não” e apenas 9 (22,5%) afirmaram que “sim”. Destes, todos justificaram a opção “sim” com questões de saúde, uma vez que, o trabalho rural é

árduo. Já, dos que não possuem o desejo de mudar de emprego, houve justificativas variadas, como: gostar de trabalhar no campo; não saber fazer outra coisa; dar continuidade ao trabalho realizado na fazenda, dentre outras.

Quanto ao desejo de migrar para a cidade, 30 (75%) agricultores afirmaram não ter este interesse e, 10 (25%) disseram que almejam tal mudança. As respostas positivas deram-se em razão da distância da comunidade rural até a cidade mais próxima. E, as respostas negativas foram justificadas da seguinte forma: a vida na cidade é muito agitada; há poluição; criminalidade; já no campo é mais tranquilo. O entrevistado 3 foi bastante categórico com sua resposta, apresentada a seguir:

Eu nunca pensei em mudar daqui do meu cantinho. Aqui eu nasci e aqui eu vou morrer. Lá é muito barulho, muita poluição, eu não me acostumo com isso não, gosto é da calma. A cidade é pra quem quer estudar, que quer ter uma profissão boa, é pra gente novo (ENTREVISTADO 3, 2023).

Para aqueles que pretendem continuar residindo na comunidade de Várzea Dourada, o objetivo é investir na agricultura e na pecuária. Proporcionando aumento da produção e do escoamento e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Em Várzea Dourada, acontecem, anualmente, duas festas religiosas, as quais recebem os moradores da comunidade, de comunidades vizinhas e da cidade de Francisco Sá. A festa de São Pedro e a festa de Nossa Senhora Aparecida, respectivamente, nos meses de junho e outubro, são eventos antigos e tiveram seu início com base em promessas feitas por antigos moradores da região (Figura 11).



Figura 11 – Festas religiosos realizadas na comunidade de Várzea Dourada
Fonte: Pesquisa direta, 2023.

Ambas as festas são organizadas em: procissão, levantada do mastro, missa e show musical. E, a festa de São Pedro possui um diferencial, a quadrilha, organizada pelos próprios moradores da comunidade e a queima da fogueira. Estas possuem barrquinhas com bebidas e comidas (cachorro-quente, pastel, maçã do amor, uva de chocolate e espetinho) e barrquinhas de tiro ao alvo. Ademais, os festeiros oferecem arroz e farofa de carne gratuitamente.

Assim, estas festas religiosas colaboram para a formação da identidade cultural dos agricultores, que de acordo com Oliveira (2001, p. 139), “seria uma espécie de

sentimento de pertencimento”. Para Naves e Mendes (2014, p. 43) “a formação das identidades está relacionada com a vivência dos indivíduos que trabalham com a terra e que possuem crença, costumes e religiosidade”. Ou seja, a identidade de cada cidadão tem origem junto às atividades e locais conhecidos.

Considerações Finais

Esta pesquisa elucidou que a agricultura familiar é fundamental para a manutenção das famílias no campo, sendo a pecuária leiteira a atividade econômica preponderante entre os agricultores familiares da Comunidade Rural de Várzea Dourada. Sendo que, 22 (55%) produzem uma média diária de 20 a 50 litros de leite; 15 (37,5%) produzem uma média de 50 a 100 litros de leite e, 3 (7,5%) produzem mais de 100 litros de leite por dia – produção entregue a Cooperativa dos Produtores Rurais de Francisco Sá. Estes ainda produzem milho, cana de açúcar, mandioca, banana, coco, feijão, verduras e legumes, que são comercializados na própria comunidade e/ou na feira livre de Francisco Sá; além de investirem na avicultura e na criação de porcos.

Os agricultores, em geral, possuem um sentimento topofílico, de pertencimento a comunidade, pois quando questionados sobre o desejo de migrar para a cidade, 30 (75%) agricultores afirmaram não ter este interesse. Dado que, a qualidade de vida nesta propriedade foi caracterizada como “boa” e “muito boa”, por 35 entrevistados (87,5%). Ou seja, a maioria dos associados não demonstraram descontentamento em relação à vida no espaço rural e, aqueles que afirmaram que a qualidade de vida é ruim, foram devido às dificuldades vivenciadas em suas propriedades, como a ausência de acesso à água.

Assim, com as discussões e reflexões desenvolvidas neste estudo, espera-se que os resultados possam inspirar os gestores de Francisco Sá, que, percebendo a relevância do pequeno produtor rural e, conseqüentemente, da agricultura familiar como geradores de renda e desenvolvimento local, criem políticas que incentivem e auxiliem a permanência no campo, a produtividade e o escoamento de seus produtos.

FAMILY RURAL PRODUCTION IN FRANCISCO SÁ (MINAS GERAIS/BRAZIL): THE RURAL COMMUNITY OF VÁRZEA DOURADA

Abstract: The objective of this work is to understand family rural production in the Várzea Dourada Community, in the municipality of Francisco Sá, with an emphasis on associations. The essence of associations is to provide technical, professional, economic, and social benefits to certain groups of individuals who express homogeneous interests, that is, they consist of an organized social group with common objectives. To this end, the following methodology was used: bibliographic review, analysis of data collected in field work/exercise carried out in October 2023, with the application of questionnaires to members of the Association of Small Rural Landowners of Baixa do Charquinho/Várzea Dourada, and use of photographic records to make the analyses more credible. It is considered that family farming is essential for the maintenance of families in the countryside, with dairy farming being the predominant economic activity among family farmers in this community. They also produce corn, sugar cane, cassava, bananas, coconuts, beans, vegetables, and legumes, in addition to investing in poultry farming and pig farming. We can describe the majority of family farmers in Várzea Dourada as people who resist the rural exodus, because they enjoy life in the inherited rural space, which does not only refer to property, but also to the cultural traits of the land and emotional ties.

Keywords: Family farming; Associativism; Francisco Sá; Rural community; Várzea Dourada.

Producción rural familiar em Francisco Sá (Minas Gerais/Brasil): La comunidad rural de Várzea Dourada

Resumen: El objetivo de este trabajo es comprender la producción rural familiar en la Comunidad Várzea Dourada, municipio de Francisco Sá, con énfasis en el asociacionismo. La esencia de las asociaciones es proporcionar beneficios técnicos, profesionales, económicos y sociales a determinados grupos de individuos que expresan intereses homogéneos, es decir, consiste en un grupo social organizado con objetivos comunes. Para ello, se utilizó la siguiente metodología: revisión bibliográfica, análisis de datos recolectados en el trabajo de campo/ejercicio realizado en octubre de 2023, con aplicación de cuestionarios a miembros de la Asociación de Pequeños Propietarios de Propiedades Rurales de Baixa do Charquinho/Várzea Dourada y utilización de registros fotográficos para hacer más creíbles los análisis. Se considera que la agricultura familiar es esencial para el sostenimiento de las familias en el campo, siendo la producción lechera la actividad económica predominante entre los agricultores familiares de esta comunidad. También producen maíz, caña de azúcar, yuca, plátano, coco, frijoles, hortalizas y legumbres, además de invertir en la avicultura y la porcicultura. Podemos describir a la mayoría de los agricultores familiares de Várzea Dourada como personas que resisten al éxodo rural, porque disfrutan de la vida en el espacio rural heredado, que no se refiere sólo a la propiedad, sino también a los rasgos culturales de la tierra y a los vínculos afectivos.

Palabras clave: Agricultura familiar; asociativismo; Francisco Sá; Comunidad rural; Várzea Dourada.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Gov.br**, 2015. Disponível em: www.ana.gov.br. Acesso em: 15 out. 2023.

ALENTEJANO, P.; PEREIRA, J. M. M. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. In: BÓRQUEZ, L. C; PORTO GONÇALVES, C. W. *et al.* (org.). **Capitalismo: tierra y poder em América Latina (1982-2012)**. Cidade do México, México: Casa Abierta al tiempo, 2014. p.63-130.

AMARAL, I. G. **Associativismo e Cooperativismo**. Mossoró: UFERSA, 2014.

BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na Formação Sócio-espacial do Centro-Oeste do Brasil**. Campinas: Editora Canastra, 2023.

BEVILAQUA, K. A. **Pensando além da produção: Uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/5813>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

BUENO, C. da S.; SILVA, P. A. de O. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa “PLANEJA” da EMBRAPA. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Goiânia: Sober, 2014.

BURBACH, R; FLYNN, P. **Agribusiness in the Americas**. Nova York, EUA: Monthly Review Press, 1980.

DE PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ESQUERDO-SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/14539>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FAGOTTI, L. N. O 'fazer-se' associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista. **Repositório Institucional UNESP**, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150693>. Acesso em: 25 out. 2023.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 15 out. 2023.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme**. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar y Políticas de Desarrollo Rural em Argentina y Brasil. **Revista Interdisciplinar de Estudos Agrários**. v.34, 2011. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/pert/Manzanal%20schneider%202011.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NAVES, L.; MENDES, E. Os aspectos formadores da identidade dos agricultores familiares: a

comunidade rural Olho d'água no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**. v. 16, n. 2. set/dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42651. Acesso em: 12 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: _____ (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?**. 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações – o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 337 - 365.

POTRICH, R.; GRZYBOVSK, D.; TOEBE, C. S. **Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais**: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. Estudos Sociedade e Agricultura, 2017. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_09_sustentabilidade. Acesso em: 11 abr. 2024.

ROCHA, H. C.; COSTA, C.; CASTOLDI, F. L. Comercialização de produtos da agricultura familiar: um estudo de caso em Passo Fundo – RS. **Revista Administração IMED**, p. 151-157, 2012, Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31767/comercializacao-de-produtos-da-agricultura-familiar--um-estudo-de-caso-em-passo-fundo---rs>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SANGALLI, A. R., SILVA, H. C. H., SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. **Associativismo na Agricultura Familiar**: Contribuições para o estudo do desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados (MS). Organizações Rurais & Agroindustriais. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/127344/1/heterogeneidade.pdf> . Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, J. A.; MARINHO, J. C. B.; FRANÇA, G. A. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em educação. **Educação temática digital**. Campinas, v. 15, n.3. p. 443-454, set./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4856191>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TEDESCO, J. C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 107 - 148.

TITO DA SILVEIRA, G. **História do Brejo das Almas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1978.

TROSTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: ARAÚJO, B. J. de. (Org.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15 - 40.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.11, n.23, p. 42-61, out/mar. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/22>. Acesso em: 11 abr. 2024.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Sobre os/as autores/as

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Graduada em Geografia - licenciatura pela Unimontes (2018-2022).

Maria Ines Fernandes dos Santos – Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2023 - 2025). Graduada em Geografia pela UNIMONTES (2018-2022).

Rahyan de Carvalho Alves – Doutor e Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Graduado em Pedagogia pela Universidade de Franca (UNIFRAN).

Carlos Alenxandre de Bortolo – Doutor e Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto efetivo no Departamento de Geociências no Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - MG

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aceito para publicação em maio de 2025.